DEFESA NACIONAL

Gabinete do Ministro

Despacho n.º 1327/2016

Considerando a proposta do Exército para a participação num programa multinacional de produção de dados geográficos — TREX (Tandem-X High Resolution Data Exchange) para criação de um modelo digital do terreno de alta precisão de âmbito global;

Considerando o elevado interesse do projeto, sustentado pelos pareceres do Estado-Maior-General das Forças Armadas (EMGFA), da Direção-Geral de Recursos da Defesa Nacional (DGRDN) e do Ministério dos Negócios Estrangeiros;

Considerando ainda as possibilidades de financiamento sugeridas pela DGRDN;

Assim, ao abrigo do disposto no n.º 2 e da alínea *o*) do n.º 3 do artigo 14.º da Lei de Defesa Nacional, aprovada pela Lei Orgânica n.º 1-B/2009, de 7 de julho, alterada e republicada pela Lei Orgânica n.º 5/2014, de 29 de agosto, determino o seguinte:

1 — Aprovo a modalidade de participação no projeto TREX, nos termos propostos pelo Exército;

2 — O Exército constitui-se como entidade gestora para a execução do projeto, coordenando com o EMGFA e a Direção-Geral de Política de Defesa Nacional as prioridades de elaboração dos produtos operacionais;

3 — O financiamento da participação no programa deverá ser assegurado, entre 2016 e 2018, pela Lei de Programação Militar (LPM), através da dotação das Capacidades Conjuntas inscrita nos Serviços Centrais. O financiamento entre 2019 e 2022 deverá ser garantido através da dotação da Capacidade Informação, Vigilância, Aquisição de Objetivos e Reconhecimento Terrestre (ISTAR), inscrita no Exército. A DGRDN deve promover as alterações/transferências orçamentais da LPM necessárias, por forma a operacionalizar o referido financiamento;

4 — O Exército deverá apresentar um ponto de situação da execução do presente programa no âmbito do relatório periódico da execução da LPM;

5 — Delego, nos termos do disposto nos artigos 44.º a 50.º do Código do Procedimento Administrativo (CPA), aprovado em anexo ao Decreto-Lei n.º 4/2015, de 7 de janeiro, e no artigo 9.º da Lei n.º 2/2004, de 15 de janeiro, na sua redação atual, no Diretor-Geral de Recursos da Defesa Nacional, Dr. Alberto António Rodrigues Coelho, a autoridade para assinar o Memorando de Entendimento (MOU) que enquadra a participação de Portugal neste projeto multinacional, devendo ser garantidas as adaptações consideradas necessárias ao mesmo.

18 de janeiro de 2016. — O Ministro da Defesa Nacional, *José Alberto de Azeredo Ferreira Lopes*.

209297313

Gabinete do Secretário de Estado da Defesa Nacional

Despacho n.º 1328/2016

1 — Ao abrigo do disposto na alínea *c*) do n.º 1 do artigo 3.º, nos n.os 1, 2 e 3 do artigo 11.º e do artigo 12.º do Decreto-Lei n.º 11/2012, de 20 de janeiro, designo a licenciada Maria Rita Colaço Leão como Técnica Especialista para o exercício de funções no âmbito da sua especialidade.

2 — Para efeitos do disposto no n.º 6 do artigo 13.º do mencionado diploma, o estatuto remuneratório da designada é o dos adjuntos.

3 — Para efeitos do disposto no artigo 12.º do mesmo decreto-lei a nota curricular da designada é publicada em anexo ao presente despacho, que produz efeitos desde 28 de dezembro de 2015.

4 — Publique-se no *Diário da República* e promova-se a respetiva publicitação na página eletrónica do Governo.

29 de dezembro de 2015. — O Secretário de Estado da Defesa Nacional, *Marcos da Cunha e Lorena Perestrello de Vasconcellos.*

Nota curricular

Maria Rita Colaço Leão nasceu em Lisboa a 22 de maio de 1979.

Licenciada em Contabilidade — Ramo de especialização: Fiscalidade pelo Instituto Superior de Contabilidade e Administração de Lisboa — ISCAL.

De março de 2008 até à presente data exerceu funções no Departamento de Contabilidade e Processamento de Salários e no Departamento Comercial do Crédito Agrícola.

Foi Técnica de Contabilidade no Gabinete de Auditoria Interna na Câmara Municipal de Loures (2006-2008) e funcionária no Departamento Sócio Cultural da Câmara Municipal de Loures (2005-2006).

Em 2002-2003 colaborou na área financeira da empresa FERSADO.

209271385

ADMINISTRAÇÃO INTERNA

Gabinete da Ministra

Despacho n.º 1329/2016

1 — Ao abrigo do disposto na alínea *c*) do n.º 1 do artigo 3.º, nos n.os 1, 2 e 3 do artigo 11.º e no artigo 12.º do Decreto-Lei n.º 11/2012, de 20 de janeiro, designo para exercer funções de técnica especialista do meu Gabinete a licenciada Paula Cristina de Menezes Véran, nas suas áreas de especialidade.

2 — Para efeitos do disposto na alínea *a*) do artigo 12.º do referido decreto-lei, a nota curricular da designada é publicada em anexo ao presente despacho, que produz efeitos a partir de 14 de dezembro de 2015.

3 — Publique-se no *Diário da República* e promova-se a respetiva publicitação na página eletrónica do Governo.

28 de dezembro de 2015. — A Ministra da Administração Interna, *Maria Constança Dias Urbano de Sousa.*

ANEXO

Nota curricular

Informação pessoal

Nome — Paula Cristina de Menezes Véran
Nacionalidade — Portuguesa
Data de Nascimento — 18/12/1966

Experiência profissional

Jornalista na RDP — Radiodifusão Portuguesa — 01 de dezembro de 1990-2004

Jornalista na RTP Rádio e Televisão de Portugal — 2004-2015

Edição de noticiários, especiais de informação, enviada especial a diversos acontecimentos no estrangeiro, reportagens sobre temas sociais, políticos, económicos, científicos, acompanhamento e cobertura de campanhas eleitorais, cobertura de cimeiras internacionais, entrevistas sobre diversos temas nacionais e estrangeiros.

Jornalista na Estação Orbital Rádio — 1990

Imprensa/Revista MID — Movimento Internacional de Design — 1991-1993

Entrevistas, reportagens

Formação académica

Curso de Direito — Universidade Livre — 1984-1985
Curso de História — Universidade Lusíada de Lisboa — 1985-1990
Especialização em Arqueologia
Alliance Française — 1980-1985
FAOJ/IPJ — Instituto Português da Juventude:

Curso de Técnicas de Comunicação — 1988

Ações de formação permanente

Centro de Arqueologia da Universidade Lusíada — Seminário de Arqueologia Espacial — 1988

Colóquio Internacional de Arqueologia espacial — Seminário de Arqueologia e Etnologia Turolense — Colégio Universitário de Teruel — 1989

Filiação em sociedades científicas

Membro fundador do "Projeto de Arqueologia Espacial para o Alto Ribatejo", apoiado pelo Centro de Arqueologia da Universidade Lusíada e pelo Laboratório de Pré-História e Centro de Estudos de Arte e Arqueologia da Escola Superior de Tecnologia de Tomar

Formação profissional

RDP — Radiodifusão Portuguesa — Curso de Jornalismo de Rádio — 1992

Formadores António Jorge Branco, António Branco, Adelino Gomes

RDP — Curso de Técnicas de Escrita Radiofónica e Estilo Falado — 1993
RDP — Curso de Técnicas de Reportagem — 1993
RDP — Curso de Técnicas de Apresentação e Animação do Jornal — 1993

Formador Edouard Guibert

RDP — Curso Reencontro com a Língua Portuguesa — áreas críticas da linguagem falada

1995 — Formador Norberto Grabulho

APJJ — Associação Portuguesa de Jovens Jornalistas

Curso de Jornalismo Económico e Financeiro — 1995

CENJOR — Centro de Formação de Jornalistas

Técnicas de Base de Jornalismo Televisivo — 1995
Formadores Cesário Borga, Joaquim Furtado, Isabel Silva

RTP — Rádio e Televisão de Portugal

Curso de Televisão — 2013
Formador Manuel Ferreira Tomaz

Competências pessoais

Língua Materna — Português
Outras Línguas — Francês, Inglês e Espanhol
Conhecimentos informáticos de MS Office (processador de texto)
Conhecimento e prática de utilização de programas de áudio e gravação (Marantz, PAW, Dalet, Audacity, Luci)
Carta de Condução B

209242938

Despacho n.º 1330/2016

1 — O artigo 62.º do Decreto-Lei n.º 243/2015, de 19 de outubro, estabelece que as carreiras do pessoal policial são pluricategorias, categorizadas, nomeadamente, em função dos conteúdos funcionais e dos graus de complexidade funcional fixados no anexo I do mesmo diploma.

2 — Na sequência de proposta do Diretor Nacional da Polícia de Segurança Pública e nos termos do disposto nos artigos 55.º n.º 1 alínea *c*) e 56.º da Lei n.º 53/2007, de 31 de agosto, e de acordo com o anexo I a que se refere o artigo 62.º, do Decreto-Lei n.º 243/2015, de 19 de outubro é nomeado, em comissão de serviço, o Superintendente Paulo Marciano Lopes Quinteiro (matrícula n.º 100110), para o cargo de Comandante do Comando Distrital de Leiria, por um período de três anos.

3 — O presente despacho produz efeitos a 18 de janeiro de 2016.

13 de janeiro de 2016. — A Ministra da Administração Interna, *Maria Constança Dias Urbano de Sousa.*

ANEXO

Síntese curricular

Paulo Marciano Lopes Quinteiro tem 48 anos e é Superintendente da Polícia de Segurança Pública (PSP).

Desde 02 de junho de 2014 desempenha as funções de Comandante do Comando Distrital de Beja, tendo, nos últimos anos, desempenhado outras funções de relevo na orgânica da PSP, destacando-se a de Diretor Adjunto da Escola Prática de Polícia e a de Chefe da Área de Recursos Humanos da Escola Prática de Polícia, estabelecimento de ensino da PSP onde foi também formador.

No âmbito académico, é possuidor da licenciatura em Ciências Policiais, pelo Instituto Superior de Ciências Policiais e Segurança Interna.

Em termos de formação profissional, destaca-se o Curso de Direção e Estratégia Policial, pelo Instituto Superior de Ciências Policiais e Segurança Interna, o Curso de Mudança e Desenvolvimento Organizacional pela Secretaria-Geral do Ministério da Administração Interna, o Curso de Técnicas de Formação no Grupo n.º 2 de Escolas da Armada, o Curso de Formação de Formadores em Investigação Criminal pelo Instituto Superior de Polícia Judiciária e Ciências Criminais, o Curso de Gestão da Formação pelo IPFEL, o Curso de Conceção e Gestão de Projetos pelo IPFEL, o Curso de Estratégia de Gestão de Incidentes Táticos pela PSP, o Curso de Conceção de Ações de Formação *online* pela PSP e ainda vários cursos de natureza técnico-policial e outros ligados à gestão e à formação.

No âmbito das suas funções, representou a PSP em diversas reuniões, seminários e eventos nacionais e internacionais.

Tem louvores e condecorações outorgados por entidades nacionais.

209273012

Despacho n.º 1331/2016

1 — O artigo 62.º do Decreto-Lei n.º 243/2015, de 19 de outubro, estabelece que as carreiras do pessoal policial são pluricategorias, categorizadas, nomeadamente, em função dos conteúdos funcionais e dos graus de complexidade funcional fixados no anexo I do mesmo diploma.

2 — Na sequência de proposta do Diretor Nacional da Polícia de Segurança Pública e nos termos do disposto nos artigos 55.º n.º 1 alínea *c*) e 56.º da Lei n.º 53/2007, de 31 de agosto, e de acordo com o anexo I a que se refere o artigo 62.º, do Decreto-Lei n.º 243/2015, de 19 de outubro é nomeado, em comissão de serviço, o Superintendente Adílio Ruivo Custódio (matrícula n.º 100108), para o cargo de Comandante do Comando Distrital de Beja, por um período de três anos

3 — O presente despacho produz efeitos a 18 de janeiro de 2016.

13 de janeiro de 2016. — A Ministra da Administração Interna, *Maria Constança Dias Urbano de Sousa.*

ANEXO

Síntese curricular

Adílio Ruivo Custódio tem 54 anos e é Superintendente da Polícia de Segurança Pública (PSP).

Desde 2014 desempenha as funções de Inspetor, na Inspeção Nacional da PSP, tendo, nos últimos anos, desempenhado outras funções de relevo na orgânica da PSP, mas também ao serviço do país no estrangeiro, na concretização de projetos bilaterais ou integrado em missões da União Europeia e das Nações Unidas. São assim de realçar, as suas participações, na qualidade de Conselheiro Especial e Chefe de Missão, na Missão da União Europeia na RDC — EUPOL RD Congo (2007-2010) e na Missão Europeia em Kinshasa — EUPOL Kinshasa (2004-2007), bem como a chefia da Polícia Civil das Nações Unidas na RDC (UNPOL/MONUC), na qualidade de "Police Commissioner" (2003). Desde 1998, desempenhou ainda diversas funções de direção e estado-maior, de coordenação ou de assistência técnica na Republica Centrafricana (MINURCA), no Haiti (MINUSTAH) e em Moçambique. A nível nacional, foi 2.º Comandante do Comando Distrital de Faro (2004) e dirigiu o Departamento de Logística da PSP (2011-2012).

No âmbito académico, é possuidor da licenciatura em Ciências Policiais, pelo Instituto Superior de Ciências Policiais e Segurança Interna e detém o grau de mestre em Direito e Gestão da Segurança (DESS), pela Faculdade de Direito da Universidade de Lyon, em França.

Em termos de formação profissional, destaca-se o Curso de Direção e Estratégia Policial, pelo Instituto Superior de Ciências Policiais e Segurança Interna, o Curso de Formação de Comissários da Polícia francesa, na Escola Nacional Superior da Polícia Francesa, em Saint-Cyr-au-Mont d' Or, Lyon — França, o Curso de Técnico Superior de Informações, pelo Serviço de Informações de Segurança, o Curso de Especialização em Inspeção, Auditoria, Avaliação e Fiscalização, pelo Instituto Nacional de Administração, e ainda, outras de natureza técnico-policiais, ligadas ao Planeamento e Gestão de missões internacionais, à Gestão Operacional e à Reforma do Setor da Segurança.

No âmbito das diversas funções acima descritas, representou a PSP e as instituições que integrava em diversas reuniões, seminários e eventos internacionais. É membro do Pool de "Chefes de Equipa de Reforma do Setor de Segurança" (desde 2010), no quadro da Gestão Civil de Crises da Política de Segurança e Defesa Comum da União Europeia, e assegurou uma assessoria técnica de longa duração à Reitoria da Academia de Ciências Policiais (ACIPOL), em matéria de capacitação em exercício na área de desenvolvimento organizacional e pedagógico, daquele estabelecimento de ensino superior moçambicano.

Tem louvores e condecorações outorgados por entidades nacionais e internacionais.

209272932

Secretaria-Geral

Despacho n.º 1332/2016

Por despacho de S. Ex.ª a Ministra da Administração Interna, de 14/12/2015, é concedida a Medalha de Mérito de Segurança Pública de 3.ª Classe, ao Sargento-Ajudante de Infantaria, n.º 1900347, Mário José Salgado Rosário, do Comando-Geral, da Guarda Nacional Republicana, nos termos dos artigos 13.º, 16.º, 17.º e 18.º do Decreto-Lei n.º 177/82, de 12 de maio.

7 de janeiro de 2016. — O Secretário-Geral do Ministério da Administração Interna, *Carlos Manuel Silvério da Palma*.

209265789

Despacho n.º 1333/2016

Por despacho de S. Ex.ª A Ministra da Administração Interna, de 14/12/2015, é concedida a Medalha de Mérito de Segurança Pública